http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2023.v20.h558
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

PRÁTICAS COLABORATIVAS COMO PROPOSTA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE

Collaborative practices as a proposal inSpecial Education: systematic review on teacher training

Prácticas colaborativas como propuesta en la Educación Especial: revisión sistemática sobre la formación docente

Ana Elisa Millan[1], Adriana Correa Bueno[2], Michelle Roberta Pavão[3], Carla Ariela Rios Vilaronga[4]

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos - SP, Brasil

RESUMO

Considerando que a colaboração é um princípio que orienta a prática educacional, o objetivo do estudo foi compreender o conhecimento científico sobre oportunidades de formação de professores voltadas para práticas colaborativas no ambiente escolar como proposta na Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa de revisão sistemática da literatura que utilizou como plataforma de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), considerando todos os trabalhos em português, disponíveis até outubro de 2022. Foram encontrados 45 estudos, sendo 24 dissertações e 21 teses desenvolvidas em programas de pós-graduação voltados para as áreasde Educação e Educação Especial no Brasil. Consideramos relevante analisar os seguintes componentes para conhecer detalhadamente as pesquisas selecionadas: ano, tese ou dissertação, método, participantes, caracterização dos estudantes envolvidos nas pesquisas, caracterização das ações de formação propostas aos professores participantes e limitações encontradas nos estudos para a colaboração entre os profissionais. Como resultado, constatamos que os trabalhos apontam que as formações voltadas para práticas colaborativas favoreceram as atuações docentes com os Estudantes Público-alvo da Educação Especial (EPAEE), melhorando o ensino para todos, mas observamos que os estudos mostraram limitações relacionadas à falta de recursos humanos e tempo coletivo entre os profissionais para desenvolverem e estabelecerem o trabalho conjunto, além da necessidade de formação continuada aos professores.

Palavras-chave: Colaboração; Formação de professores; Educação especial.

ABSTRACT

Considering that collaboration is a principle that guides educational practice, the objective of the study was to understand the scientific knowledge about teacher training opportunities focused on collaborative practices in the school environment as a proposal in Special Education. This is a systematic literature review that used the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) as a data platform, considering all works in Portuguese, available until October 2022. 45 studies were found, 24 of which were dissertations. and 21 theses developed in graduate programs focused on the areas of Education and Special Education in Brazil. We consider it relevant to analyze the following components to know the selected research in detail: year, thesis or dissertation, method, participants, characterization of the students involved in the research, characterization of the training actions proposed to the participating teachers andLimitations found in the

[1]Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutoranda em Educação Especial. Mestra em Educação Especial (PPGEES - UFSCar). Orcid:https://orcid.org/0000-0001-5046-1874. E-mail: aemillan@estudante.ufscar.br.

[2]Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestranda em Educação Especial (PPGEES- UFSCar). Orcid:https://orcid.org/0000-0003-0275-0350. E-mail: adrianabueno@estudante.ufscar.br

[3]Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutoranda em Educação Especial. Mestra em Educação Especial (PPGEES - UFSCar). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4136-8701. E-mail: michellepavao@estudante.ufscar.br

[4] Instituto Federal de São Paulo (Sorocaba). Docente colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial (PPGEES), UFSCar. Orcid:https://orcid.org/0000-0001-6050-2369. E-mail: crios@ifsp.edu.br

studies, for collaboration between professionals. As a result, we found that the works point out that training focused on collaborative practices favored teaching actions with Special Education Target Public (EPAEE) Students, improving teaching for all, but we observed that the studies showed limitations related to the lack of resources human resources and collective time among professionals to develop and establish joint work, in addition to the need for continued training for teachers.
Keywords: Collaboration; Teacher training; Special education.

RESUMEN
Considerando que la colaboración es un principio que orienta la práctica educativa, el objetivo del estudio fue comprender el conocimiento científico acerca de las oportunidades de formación docente enfocada en las prácticas colaborativas en el ámbito escolar como propuesta en la Educación Especial. Se trata de una revisión sistemática de la literatura que utilizó la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) como plataforma de datos, considerando todos los trabajos en portugués, disponibles hasta octubre de 2022. Se encontraron 45 estudios, de los cuales 24 fueron disertaciones y 21 tesis desarrolladas. en programas de posgrado enfocados en las áreas de Educación y Educación Especial en Brasil. Consideramos relevante analizar los siguientes componentes para conocer en detalle la investigación seleccionada: año, tesis o disertación, método, participantes, caracterización de los estudiantes involucrados en la investigación, caracterización de las acciones formativas propuestas a los docentes participantes y Limitaciones encontradas en los estudios, para la colaboración entre profesionales. Como resultado, encontramos que los trabajos apuntan que la formación enfocada en prácticas colaborativas favoreció las acciones docentes con los Alumnos del Público Objetivo de Educación Especial (EPAEE), mejorando la enseñanza para todos, pero observamos que los estudios mostraron limitaciones relacionadas con la falta de recursos humanos, recursos y tiempo colectivo entre profesionales para desarrollar y establecer un trabajo conjunto, además de la necesidad de formación continuada de los docentes.
Palabras llave: Colaboración; Formación de profesores; Educación especial.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Especial se constituiu como um campo de atuação específico, na maioria das vezes, sem interlocução com o ensino comum. O atendimento educacional direcionado às pessoas com deficiências foi construído separadamente da educação oferecida na escola regular, tendo como prioridade as escolas especiais e classes especiais. (KASSAR, 2011)

Esse histórico foi se modificando com o passar dos anos, em decorrência de movimentos e marcos legais em relação à educação de pessoas com deficiência no Brasil, os quais destacamos: a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); a participação do Brasil na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia (UNICEF, 1990); a Declaração de Salamanca ocorrida na Espanha em 1994 (UNESCO, 1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (BRASIL, 1996); a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001); a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 (BRASIL, 2008) e; a recente Lei nª 13.146 de 2015, Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

Segundo Kassar (2011), diante desses movimentos, o discurso de “Educação Inclusiva” passou a ser utilizado no Brasil e, no decorrer dos anos 2000, surgiram políticas e programas específicos criados pelo Ministério da Educação para a Educação Inclusiva, sendo eles: Programa Incluir (2005), para acesso dos estudantes com deficiências às instituições federais de ensino superior; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2007); Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na

Educação Especial e Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (2011); Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (2011), voltado à formação de multiplicadores para a transformação de sistemas educacionais comuns em sistemas inclusivos; e, Escola Acessível (2013), que visa a adaptação arquitetônica das escolas.

Considerando as mudanças e movimentos políticos na trajetória da Educação Especial no Brasil, os cursos de formação para professores em Educação Especial também sofreram transformações ao longo dos anos. Oliveira e Mendes (2016) trouxeram a trajetória dos cursos de formação de professores para atuar na Educação Especial no Brasil, que teve início em 1955 até 1972, por meio do formato de especialização em nível médio para aqueles que concluíram o curso normal. Stopa (2021) aponta que a Universidade Federal de Santa Maria ofertou a habilitação específica em *deficientes mentais* vinculada ao curso de Pedagogia e, em 1975, após orientação do Conselho Federal de Educação, houve uma reestruturação do curso, resultando no primeiro curso de Licenciatura de Educação Especial no Brasil.

Após a abertura desse primeiro curso, surgiram novos cursos de formação inicial no formato de licenciatura. Oliveira e Mendes (2016) mapearam 11 instituições com cursos de licenciatura em Educação Especial, encontrando uma discrepância na distribuição geográfica, com predominância nas regiões sul e sudeste, sendo as instituições privadas responsáveis pela criação da maioria dos cursos de formação inicial de professores de Educação Especial. Ao analisarem o Projeto Pedagógico do curso dessas instituições, observaram que em cada um dos currículos há diferentes concepções sobre para qual público o professor a ser formado estará apto a fornecer oAEE. As autoras concluemque os cursos precisam repensar sua organização no que concerne à definição da população a quem seus futuros profissionais poderão direcionar os serviços de AEE de acordo com a legislação vigente.

Apesar das proposições oficiais de cursos de formação de professores para o AEE, não foi observada a constituição de uma política de formação de professores especializados. Oliveira (2009) questiona sobre essa ausência de diretrizes, sobre a necessidade de regulamentação nacional para o estabelecimento de critérios orientadores da formação em Educação Especial e sobre um sistema de avaliação e de acompanhamento no que se refere à estrutura, à organização e à proposta pedagógica de cursos que pudessem garantir a especificidade de uma formação consistente a partir das novas indicações prescritas em normativas da educação nacional.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001) destacou que os professores especializados para atuarem na Educação Especial deveriam comprovar cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente associados à licenciatura para Educação Infantil, para os anos iniciais do Ensino Fundamental ou complementação de estudos, pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial. Ademais, prevê o fornecimento de professores treinados e qualificados, flexibilidade e adaptabilidade do currículo escolar e o uso de métodos de ensino e recursos de aprendizagem específicos. Além disso, a necessidade de desenvolver um processo de avaliação adequado, tendo em conta o projeto pedagógico da escola e a participação obrigatória do aluno. (BRASIL, 2001; LOURENÇO, 2012)

Já em 2006, por meio da Resolução CNE/CP nº 1 (BRASIL, 2006), que instituiu as Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, as habilitações em Educação Especial foram extintas, possibilitando repensar a formação desses profissionais. No contexto atual, apesar desta resolução demandar professores qualificados para atuarem na Educação Especial, o Brasil enfrenta sérios desafios, sendo um deles: repensar a formação de professores para atuar com os Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE)[5].

Podemos verificar na literatura que a formação de professores, tanto inicial como continuada, para atuar no contexto inclusivo tem sido objeto de estudo. A formação dos professores é considerada uma das responsáveis pelo sucesso da inclusão no ambiente escolar. É necessário que os professores tenham acesso à formação adequada para garantir a participação e a aprendizagem dos estudantes, independentemente de suas condições específicas. (KASSAR, 2011)

As propostas de formação em Educação Especial para atuar no AEE parecem não estar dando conta de consolidar conhecimentos específicos que orientem a ação do professor atuante na Sala de Recursos Multifuncionais em relação à diversidade de características dos estudantes PAEE (JESUS; BORGES, 2018).

Desse modo, Rosalen (2017) destaca a importância de uma formação centrada na pedagogia da diferença, com cursos de formação inicial ou continuada que possibilitem a experimentação do ofício docente e dos conhecimentos que a Educação Especial construiu ao longo da história, em virtude da complexidade das habilidades e conhecimentos que o AEE vai exigir sobre os mais diferentes tipos de estudantes, matriculados em todos os níveis e modalidade de ensino, além da capacidade de atuar em diferentes ambientes educacionais.

Oliveira (2018) aponta que a inclusão escolar pressupõe alterações na cultura da escola e, para que ocorram essas mudanças, faz-se necessária a colaboração entre professores especializados e da classe comum, que é entendida como ação política e está relacionada à elaboração do currículo da escola.

Rabelo (2016) destaca que um serviço de AEE realizado apenas no formato da Sala de Recursos Multifuncional, em consonância com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), sobrecarrega os professores que atuam no AEE numa diversidade de atribuições e se torna distante, em termos de condições de trabalho e de uma cultura escolar com princípios e práticas inclusivas. Ao mesmo tempo, o AEE oferecido no contraturno, apenas nas salas de recursos, tem a tendência de isentar o professor da sala regular da responsabilidade de ensinar esses estudantes.

Segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), apesar da sala de recursos ser um modelo de apoio muito utilizado em nosso país, dificulta a relação entre professores e a partilha de responsabilidades relacionadas à escolarização dos estudantes.

[5] São considerados Estudantes Público-Alvo da Educação Especial, de acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), os estudantes com deficiência (física, intelectual, auditiva, visual, surdocegueira e múltipla), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Mendes (2010, p. 180) ressalta que o foco da Educação Especial busca garantir a inserção na classe comum, expandindo as estratégias e apoio ao ensino comum, “incluindo os serviços de consultoria de profissionais a professores do ensino comum e o ensino colaborativo, que envolve a parceria entre os professores do ensino regular e especial”

Silva (2020) aponta que a Educação Especial na atualidade se configura como um sistema colaborativo de recursos e apoios dos mais variados, visando prioritariamente garantir o suporte à aprendizagem dos estudantes PAEE que estão sendo escolarizados em classes comuns nas escolas regulares. Para esse objetivo, é indispensável a constituição de culturas escolares colaborativas. O ensino colaborativo é um dos tipos de colaboração mais promissores para apoiar a escolarização dos estudantes PAEE em sala de aula do ensino comum (CAPELLINI; ZERBATO, 2019).

Capellini e Zerbato (2019) definem o Ensino Colaborativo como um trabalho de parceria em sala de aula entre professor de Ensino Comum e professor de Educação Especial. O modelo colaborativo respalda-se na abordagem social da deficiência, portanto, qualifica a preconização do ensino ministrado em classe comum, na qual o estudante passa a maior parte do tempo de sua jornada escolar.

Assim, entende-se que as atividades desenvolvidas em sala de aula devem ser organizadas, sistematizadas e planejadas em colaboração com o professor da turma regular e o professor de Educação Especial, pois a prática inclusiva tem que ser realizada na perspectiva da educação voltada para todos. Na atual composição das diretrizes e legislações brasileiras, um ensino com tais características está diretamente relacionado ao princípio da educação. (MACHADO, 2019)

Considerando que a colaboração em equipe é um princípio que orienta a prática educacional, o objetivo do estudo foi compreender o conhecimento científico sobre oportunidades de formação de professores voltadas para práticas colaborativas no ambiente escolar como proposta na Educação Especial.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para esse estudo, foi realizada uma revisão sistemática da literatura que, segundo Costa e Zoltowski (2014), é um método que permite maximizar o potencial de uma busca e, como consequência, encontrar o maior número possível de resultados de uma maneira organizada. A revisão sistemática permite incorporar um espectro maior de resultados relevantes sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências mediante métodos sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (LINDE; WILLICH, 2003; SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Utilizamos como plataforma de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca dos trabalhos ocorreu em outubro de 2022. Optou-se por não delimitar o recorte temporal, pois entende-se que todos os trabalhos são importantes para compreender a evolução histórica dos conceitos estudados. Empregou-se seis grupos de descritores e palavras-chaves, utilizando o recurso “busca avançada” e o operador booleano "AND".

As combinações de descritores utilizadas para a busca foram: práticas colaborativas, inclusão escolar, formação de professores, regime de colaboração, cooperação, Educação Inclusiva e Educação Especial. Tais palavras deveriam estar contidas no resumo em português.

Os critérios de inclusão de trabalhos foram: (a) os participantes terem sido professores; (b) serem estudos de intervenção e; c) os estudos deveriam contemplar as práticas colaborativas entre profissionais da escola.

Os critérios de exclusão de trabalhos foram: (a) estudos duplicados; (b) estudos que utilizaram métodos de pesquisa colaborativa, mas não abrangeram a temática de colaboração entre profissionais no contexto escolar e; c) estudos que não contemplaram a formação de professores sobre práticas colaborativas.

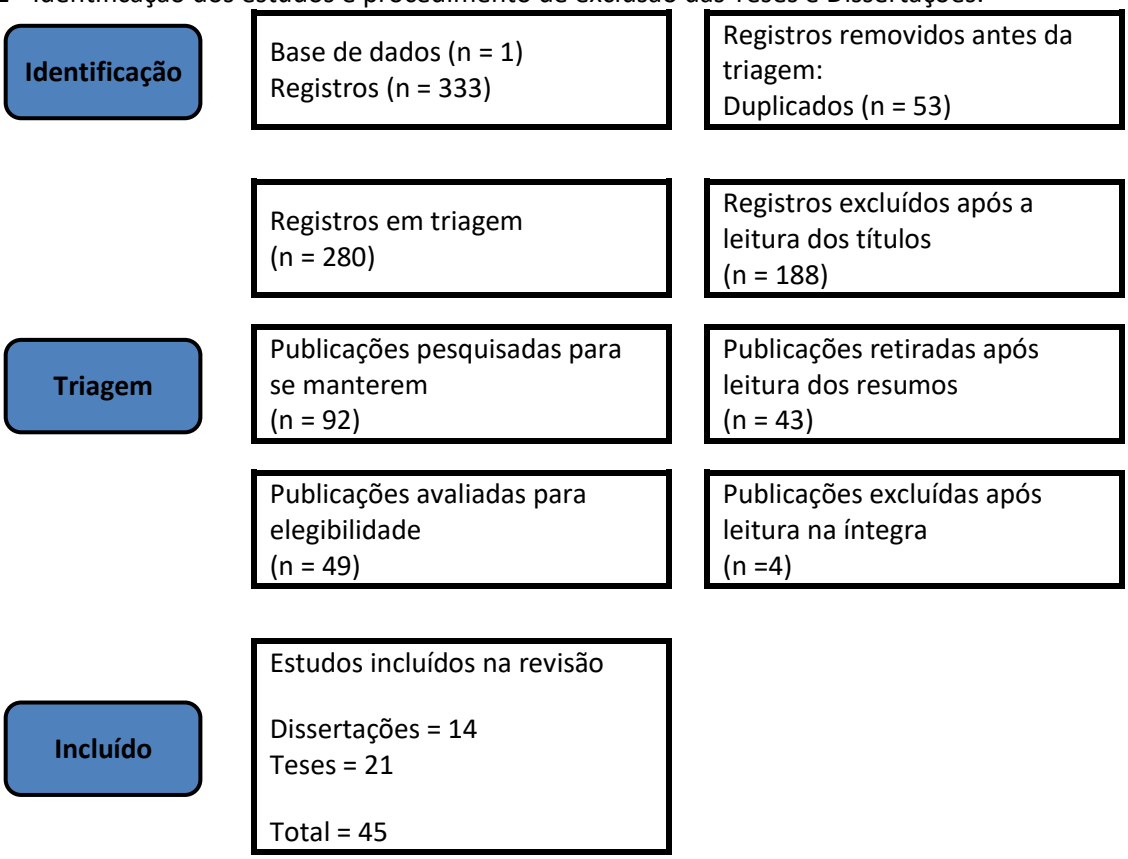
O número total de trabalhos encontrados na base de dados a partir dos descritores foi 333, sendo excluídos 53 trabalhos duplicados. Assim, realizou-se a leitura dos títulos de 280 trabalhos, dos quais foram excluídas outras 188 obras selecionadas, restando 92 trabalhos para a leitura de resumos. Após a leitura, foram selecionados 45 trabalhos para análise.

Assim,a análise dos dados ocorreu em quatro momentos: (a) exclusão dos trabalhos duplicados; (b) seleção dos trabalhos por meio da leitura de títulos; (c) seleção dos trabalhos na leitura dos resumos e; (d) seleção dos trabalhos por intermédio da leitura na íntegra.

No tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) que permite realizar inferências a partir dos resultados encontrados, não se limitando apenas ao conteúdo propriamente dito e, sim, categorizando e descrevendo os dados obtidos.

No que concerne à identificação dos estudos através de bases de dados e registros, foi realizada a construção de um fluxograma baseado no modelo Prisma. O Prisma (PRISMA, 2023) é um modelo de fluxograma que se concentra, principalmente, no relatório de revisões, avaliando os efeitos das intervenções, como pode ser observado a seguir na identificação dos estudos e procedimento de inclusão e exclusão das Teses e Dissertações.

Figura 1 - Identificação dos estudos e procedimento de exclusão das Teses e Dissertações.



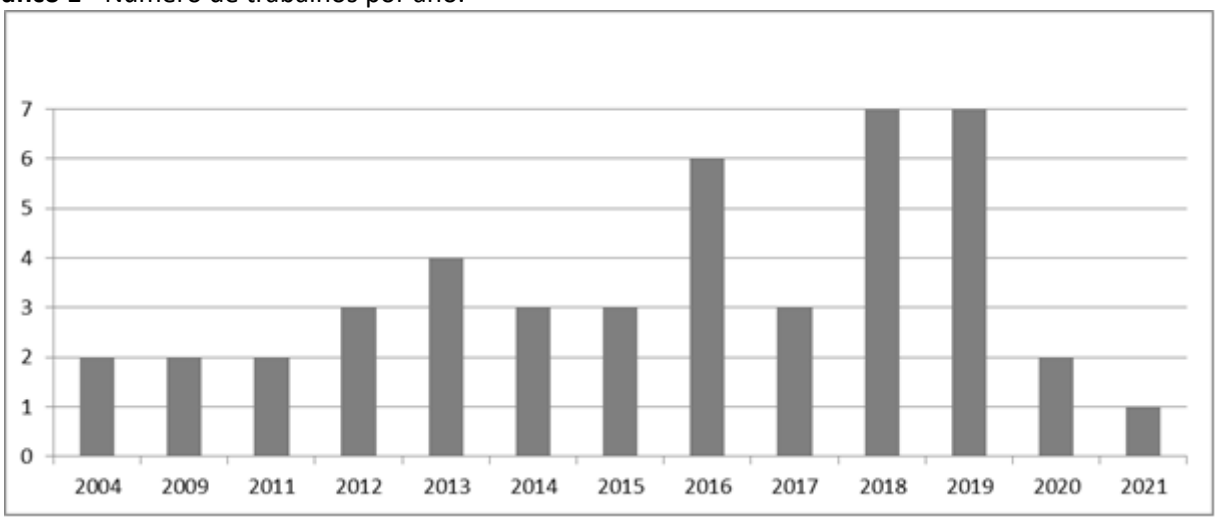
Fonte: As autoras.

Sendo assim, a seguir, serão apresentados os trabalhos encontrados referentes à proposta de formação no contexto educacional com vistas às práticas colaborativas. Consideramosrelevante analisar os seguintes componentes para conhecer detalhadamente as pesquisas selecionadas: ano, tese ou dissertação, método, participantes, caracterização dos estudantes envolvidos nas pesquisas, caracterização das ações de formação propostas aos professores participantes e limitações encontradas nos estudos para a colaboração entre os profissionais

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 45 estudos analisados, 24 foram dissertações, sendo que 21 eram de mestrado acadêmico e 3 de mestrado profissional e 21 foram teses desenvolvidas em programas de pós-graduação voltados para as áreasde Educação e Educação Especial no Brasil. O Gráfico 1 mostra o número de trabalhos encontrados por ano.

Gráfico 1 - Número de trabalhos por ano.



Fonte: As autoras.

Com base nos resultados do Gráfico 1,foi possível observar que os trabalhos encontrados possuem um recorte temporal de 2004 a 2021, tendo aumento a partir de 2012, quatro anos após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)(BRASIL, 2008), que compreendia que a construção de sistemas educacionais inclusivos e a organização de escolas e classes especiais precisaria ser repensada, implicando em uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tivessem suas especificidades atendidas.

Entendemos que, a partir da implementação de programas de educação inclusiva, pertinente às legislações, impõem-se demarcações conceituais que consideram as diferenças humanas em termos de distintas condições físicas, intelectuais, sensoriais, comportamentais e socioculturais (FONSECA, 2011) e, com isso, há um aumento de pesquisas científicas que tratam de ações inclusivas, as quais, em conjunto com professores, gestores e outros profissionais de educação possam, de fato, constituir uma cultura colaborativa.

Também evidenciamos uma queda nas pesquisas a partir do ano de 2021, possivelmente pelo impacto da pandemia da COVID-19 na comunidade científica que, de acordo com Morelli e Sposito (2020), já eram previstos atrasos na obtenção de resultados das pesquisas em andamento.

As políticas de inclusão demandam profissionais preparados para o atendimento dos estudantes EPAEE nas escolas comuns. No Brasil, ainda restam desafios a serem enfrentados para a efetivação das políticas de formação de professores para atuar em uma escola que se proponha ser inclusiva. A falta de acesso às formações, tanto inicial como continuada, ainda é um obstáculo na busca de uma preparação adequada para abranger a diversidade de estudantes que estão presentes nas escolas comuns (OLIVEIRA, 2012). Adiante, nos resultados e discussões, a Tabela 1 mostra os trabalhos sobre formação de professores no contexto de colaboração selecionados durante a revisão e a caracterização dos métodos de pesquisa utilizados nas teses e dissertações encontradas no presente estudo.

Tabela 1 - Caracterização dos métodos de pesquisa utilizados

Método	Quantidade de trabalhos	Autores/Ano
Pesquisa Colaborativa	20	Zerbato (2018); Sales (2014); Prais (2020); Nunes (2019); Godoy (2015); Bueno (2019); Oliveira (2017); Silva (2018); Silva (2021); Mendes (2016); Muniz (2019); Lourenço (2012); Toledo (2011); Martinelli (2016); Freitas (2013); Ferreira (2016); Rabelo (2012); Dounis (2019); Capellini (2004); Vilaronga (2014)
Pesquisa-ação colaborativa	10	Paulino (2017); Rabelo (2016); Melo (2013), Zanata (2004); Alcântara (2014); Santos (2017); Valadão (2013); Oliveira (2016); Braun (2012); Silveira (2009)
Pesquisa-ação	3	França (2018); Machado (2019); Silva (2019)
Pesquisa-Intervenção	3	Araruna (2018); Azevedo (2020); Tinti (2016)
Pesquisa quase-experimental	3	Souza (2019); Pereira (2009); Soares (2016)
Pesquisa Experimental	1	Olmedo (2015)
Pesquisa Exploratória	1	Nogueira (2015)
Pesquisa Descritiva	1	Fonseca (2011)
Pesquisa Narrativa	1	Wisch (2013)
Pesquisa Qualitativa*	2	Medeiros (2018); Campos (2018)
Total	45	

Fonte: As autoras.

Nota: *Uma daspesquisas qualitativas presente na tabelaé de Medeiros (2018), que no método explicita naturezaqualitativa, não apresentando uma abordagem específica, sendo que o percurso metodológico foi divididoem duas partes: a) entrevista semiestruturada e; (b) capacitação em serviço. A pesquisa de Campos (2018) équalitativa pautada nos indícios da abordagem Histórico-Cultural, sem especificações do delineamento metodológico.

O levantamento mostra uma tendência para arealização de estudos de natureza qualitativa, destacando a pesquisa colaborativa como o delineamento metodológico mais utilizado nas pesquisas voltadas à formação de professores com foco no desenvolvimento de práticas colaborativas.

Almeida (2011) enfatiza o crescimento da pesquisa colaborativa no campo da Educação Especial. Destaca a possibilidade de construção do conhecimento por meio da colaboração, sendo o trabalho colaborativo apontado como principal meio de construção da prática docente inclusiva.

Zerbato (2018) optou pela pesquisa colaborativa, por considerar uma forma conjunta de pesquisador e participantes produzirem conhecimento sobre o contexto educacional em que atuam

diretamente e, ao mesmo tempo, contribuir para a formação docente no enfrentamento de novos desafios educacionais decorrentes das práticas de inclusão escolar.

Outra tendência encontrada é o método de pesquisa-ação colaborativa. Franco (2005) descreve este método como parte da solicitação do grupo de referência, no qual o pesquisador faz parte de um processo de mudança previamente iniciado pelos sujeitos do grupo. Esse tipo de pesquisa contribui para a formação docente, aproxima a universidade e a escola, podendo favorecer a construção de uma educação de qualidade (PIMENTA, 2006). Também se percebe a pesquisa-ação, sem o uso do termo colaborativo, realizado por Machado (2019), França (2018) e Silva (2019), que permite aos participantes incluídos no estudo refletirem sobre teoria e prática, habilidades e conhecimentos para capacitá-los a relacionar o contexto sociopolítico com a sala de aula em um contexto de colaboração.

O estudo de método experimental refere-se a Olmedo (2015), que tinha como objetivo estruturar, implementar e avaliar um programa de formação de professores e mediadores da educação infantil em comunicação alternativa, destinado a crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

A pesquisa de caráter exploratório, realizada por Nogueira (2015), permitiu estabelecer um valioso meio de conhecer o que se passa no fenômeno estudado, que foi uma estratégia de formação para os professores que trabalham em AEE, para além de lhes permitir procurar novas ideias, tirar dúvidas e avaliarem suas práticas pedagógicas a partir de novas perspectivas. Em relação ao estudo de método descritivo, Fonseca (2011) privilegiou a caracterização, descrição e a análise de práticas pedagógicas colaborativas durante a formação realizada, com a utilização de métodos que justifiquem o modo pelo qual a prática é exercida.

Em relação aos participantes, todos os trabalhos envolveram professores, podendo ser professores de áreas de concentração ou da sala comum, alguns estudos também contemplaram a participação de equipes multidisciplinares, estudantes e familiares como pode ser observado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Caracterização dos participantes

Participantes		Quantidade de trabalhos*
Professor da sala comum		29
Professor de Educação Especial		27
Professor de áreas de concentração		11
Estudantes	Educação básica	8
	Educação superior	3
Profissionais que atuam na educação** (profissional de apoio, cuidador, mediador, monitor, estagiário, auxiliar)		8
Equipe gestora		6
Familiares		2
Equipe interdisciplinar		1

Fonte: As autoras.
Nota:*Foram computadas mais de uma categoria por trabalho.
Nota: ** Para este trabalho, consideramos os profissionais que atuam na educação, todos os agentes envolvidos diretamente com o estudante e que participaram da pesquisa, mas não são professores. Destacamos que, de acordo com a Lei nº 13.146, de 2015 (BRASIL, 2015), que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, o "profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas" (online).

A prevalência dos participantes nas pesquisas é de professores que atuam na classe comum e de professores de Educação Especial que realizam o AEE nas escolas. Alves, Guareschi e Siluk (2011) apontam que, na escola, o professor especialista do AEE é aquele que precisará fazer articulação para garantir movimentos que proporcionem a inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial.

Fonseca (2011) relata que a colaboração dos profissionais da Educação Especial é fundamental para o envolvimento do aluno na dinâmica escolar, considerando-se a inclusão do estudante público-alvo da Educação Especial no currículo, pois fazer essas mudanças é uma forma de atender às necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes.

No entanto, Bueno (1993) acredita que a formação docente e a busca da qualidade do ensino para estudantes com deficiência envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional, a dos professores do ensino regular e a de professores especialistas.

Além dos estudos que destacam a importância da formação envolvendo os professores do ensino comum e do AEE, encontramos estudos que evidenciam a importância do envolvimento de outros profissionais para que haja uma cultura colaborativa no ambiente escolar. De acordo com o estudo de Silveira (2009), a gestão escolar tem um papel importante na tomada de decisões compartilhadas e no

suporte emocional dos membros da escola para implementar a inclusão, sendo fundamental que todos aprendam a trabalhar juntos e busquem, cada vez mais, o aperfeiçoamento de práticas de colaboração.

Nos estudos que envolvem professores de áreas de concentração, encontramos a participação de professores de Química (MELO, 2013; FRANÇA, 2018), Matemática e Ciências(MARTINELLI, 2016), apenas Ciências (MEDEIROS, 2018; SILVA, 2018), Geografia (GODOY, 2015), Língua Portuguesa e Arte (TOLEDO, 2011) e Educação Física (FERREIRA, 2016; NUNES, 2019; OLIVEIRA, 2017).

Godoy (2015) evidenciou a importância do trabalho colaborativo entre professores das áreas de concentração e as especialistas da Educação Especial, principalmente no que concerne à adaptação e à elaboração de recursos pedagógicos para favorecer a aprendizagem dos conteúdos.

França (2018) traz em seu estudo uma parceria colaborativa entre universidade/escola como proposta formativa de professores pela pesquisa para a inclusão escolar relacionada à disciplina de Química e Silva (2018) desenvolve em seu estudo uma parceria entre professores de AEE e professores de ciências, concluindo que essa parceria coopera com a promoção da inclusão no âmbito escolar, possibilitando (re)construções de práticas pedagógicas. Já os estudos de Ferreira (2016), Nunes (2019) e Oliveira (2017) definem a colaboração como algo positivo que contribui para a superação dos desafios, possibilitando novas experiências corporais inclusivas.

Outra ação que alguns estudos trazem como relevante é a parceria na construção do planejamento. No estudo de Silva (2021) ocorreu um planejamento colaborativo com professor de Matemática baseado no Desenho Universal da Aprendizagem, concluindo que essa ação entre o pesquisador, professores do ensino comum e professora do AEE tem potencial para alcançar práticas efetivas e inclusivas.

Por fim, verificamos o estudo de Lourenço (2012) em que participaram nove professores de Educação Especial e cinco profissionais de equipe interdisciplinar como fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos. Foi proposta uma formação continuada colaborativa, visando a implementação de recursos de alta tecnologia assistiva para favorecer o processo de escolarização de estudantes com paralisia cerebral e avaliar seus efeitos. Os resultados mostraram que a formação continuada foi positiva em promover a capacitação de professores no uso desses recursos, sendo o aspecto mais valioso o papel colaborativo entre profissionais e pesquisadores.

Verificamos, também, a possibilidade de ações de formação específicas voltadas para estudantes da Educação Especial ou para todos os estudantes, com vistas a garantir a inclusão, o que será mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Caracterização dos estudantes envolvidos nas pesquisas

Estudantes	Quantidade de trabalhos
Estudantes Público-alvo da Educação Especial	26
Estudantes com deficiência intelectual	5
Estudantes com TEA	5
Estudantes com deficiência visual	4
Estudantes com deficiência auditiva	2
Estudantes com paralisia cerebral	2
Estudantes com surdocegueira	1
Total	45

Fonte: As autoras.

Dos trabalhos selecionados neste estudo, a maior parte não tinha, na proposta de formação, direcionado para práticas colaborativas específicas para pessoas com algum tipo de deficiência, eram trabalhos que propunham relações colaborativas eficazes para promover ações globais que melhoram a qualidade do ensino para todos. Mas, também há estudos específicos para estudantes com deficiência, com foco em algum grupo específico, como deficiência intelectual, transtorno do espectro do autismo, deficiência visual, deficiência auditiva, paralisia cerebral e surdocegueira.

Nos estudos que envolvem um tipo específico de deficiência, prevalecem os trabalhos de colaboração desde a estruturação, implantação, avaliação, construção de recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva, como no estudo de Olmedo (2015), em que é implementada uma colaboração visando a comunicação alternativa, e no de Godoy (2015), que foi elaborado, de modo colaborativo com a professora de Geografia, mapas e gráficos táteis para estudantes com deficiência visual.

Embora os estudantes com altas habilidades sejam considerados PAEE, não encontramos estudos específicos de como é realizado e orientado o atendimento desses estudantes. Apesar de 3% a 5% da população educacional apresentarem potencialidade superior, Alencar e Fleith (2001) relacionam que a falta de uma educação diferenciada ocorre devido à dificuldade das instituições educacionais em reconhecer e identificar este público em um determinado grupo.

Destacamos a importância de se realizar estudos que busquem a colaboração com enfoque na melhoria do ensino para todos os estudantes, considerando que na perspectiva do ensino colaborativo a responsabilidade por todos os alunos é compartilhada pelo professor da sala comum e pelo professor de Educação Especial, não separando os alunos entre com ou sem deficiência.

A seguir, descreveremos as ações de formação encontradas nos estudos.

Tabela 4 - Caracterização das ações de formação

Ações	Quantidade de trabalhos*
Geral	26
Acessibilidade pedagógica	13
Construção do PEI	12
Planejamento	5
Tecnologias Assistivas	1
Avaliação	1

Fonte: As autoras.
Nota: *Foram computadas mais de uma categoria por trabalho.

O levantamento indica que a maior parte dos estudos propunha ações gerais de formação, conhecimento teórico ou técnico sobre o trabalho colaborativo entre profissionais da escola e especificidades dos estudantes PAEE, abordando diversos temas no decorrer do processo de formação.

No entanto, alguns trabalhos se debruçaram sobre formações específicas em alguma temática, por exemplo, acessibilidade pedagógica, que envolve adequação e acessibilização de atividades, construção de materiais pedagógicos e recursos didáticos e estratégias de ensino diferenciadas. Outros estudos enfatizaram a construção do Plano de Ensino Individualizado (PEI), ações de planejamento conjunto entre professores, uso de tecnologias assistivas e avaliação.

As ações colaborativas agregam a um conceito de proposta em que professores de Educação Especial e da classe comum devem se responsabilizar pela organização do trabalho pedagógico, planejamento, desde a inclusão de recursos didáticos, Tecnologia Assistiva, modificações metodológicas, além de orientações à família, membros da equipe escolar e outros profissionais (COOK; FRIEND, 1995).

Nogueira (2015) afirma que a necessidade de os professores reavaliarem suas práticas pedagógicas e realinharem seu ensino é evidente a todo momento. Nesse sentido, tem crescido a demanda por formação continuada para que os professores aprofundem seureferencialteórico sobre determinados temas e, assim, repensem sua prática educativa no que se refere aos estudantes EPAEE. Mesmo o autor tendo encontrado um crescimento de formações continuadas no modelo colaborativo, em contrapartida, outros estudos discutem a falta desse tipo de formação; como é possível observar na Tabela 5, que descreve as limitações encontradas nos estudos para a colaboração entre os profissionais.

Tabela 5 - Limitações encontradas nos estudos para a colaboração entre os profissionais

Limitações	Quantidade de trabalhos
Falta de tempo de trabalho conjunto	14
Falta de formação continuada	10
Falta de articulação entre os professores	7
Ausência de apoio da gestão para colaboração	6
Tendência de professores trabalharem de forma isolada	6
Falta de cultura colaborativa	4
Falta de materiais para aplicação das ações colaborativas	3
Falta de profissionais especializado	2
Ausência de planejamento em conjunto	1
Falta de participação ativa do professor no Projeto Político Pedagógico (PPP)	1
Responsabilidade apenas do professor de Educação Especial o estudante PAEE	1
Movimento constante no quadro de docentes	1
Falta de adaptação das formações aos contextos e escolas variadas do Brasil	1
Falta da criança com deficiência às aulas	1
Manutenção das práticas estabelecidas	1
Priorização de afazeres técnicos e burocráticos	1
Não mencionou limitações	8

Fonte: As autoras.
*Foram computadas mais de uma categoria por trabalho.

Observando os dados da tabela, notamos que os trabalhos indicam diversas limitações para a concretização do trabalho colaborativo, tais como: tempo para o trabalho em conjunto, formação continuada, articulação entre os professores, apoio da gestão escolar, entre outros, como o estudo de Machado (2019) que aponta a falta de materiais para a aplicação das ações colaborativas, no qual as unidades escolares possuem recursos didáticos e pedagógicos, porém não são adaptados ou são insuficientes para atender às demandas dos estudantes.

A falta de cultura colaborativa também é um dos pontos destacados. Machado (2019) discute que uma cultura colaborativa se apresenta como um compromisso entre todos os envolvidos em um ambiente

educacional, uma proposta que envolve flexibilidade, garantia de acesso, engajamento sustentado, compartilhamento de conhecimento e qualidade de ensino.

Nesse mesmo sentido, observamos limitações quanto à falta de trabalho em conjunto, articulação entre os professores, ausência de planejamento em conjunto e tendência dos professores de trabalharem de forma isolada. Toledo (2011) refletiu sobre essas perspectivas e relatou que durante o desenvolvimento da pesquisa se deparou com situações em que não foi possível realizar alguns dos procedimentos que planejaram devido à falta de professores, mudanças constantes nos horários das aulas, pouco tempo para os participantes comparecerem às reuniões de planejamento das aulas, ciclos e diálogos reflexivos porque priorizam a correção de avaliações dos alunos e preenchimento de formulários, entre outros. Esses dados reforçam a percepção do quanto a atividade do professor é uma tarefa técnica e burocrática, deixando pouco espaço para pesquisa, reflexão e planejamento.

Araruna (2018) notou que a eficácia do trabalho colaborativo nas escolas requer disponibilidade de tempo, apoio, recursos, pesquisa, acompanhamento e, o mais importante, comprometimento e determinação dos envolvidos. Neste caso, foi possível verificar que os condicionantes envolvidos nos desafios da eficácia do trabalho colaborativo estão relacionados com umacombinação de fatores que incluem as condições institucionais, a organização da escola e tempo e espaço adequados para os professores entre as reuniões.

CONCLUSÕES

Realizamos um estudo de revisão sistemática com o objetivo de compreendero conhecimento científico sobre oportunidades de formação de professores voltadas para práticas colaborativas no ambiente escolar. Desta forma, ressaltamos que a finalidade do trabalho foi alcançada. A partir dos 45 estudos encontrados, entre teses e dissertações, é possível tecer algumas considerações.

Notamos que os trabalhos analisados apontam que as formações voltadas para práticas colaborativas favoreceram as atuações docentes com os estudantes EPAEE, mas observamos que os estudos mostraram limitações relacionadas à falta de recursos humanos e tempo coletivo entre os profissionais para desenvolverem e estabelecerem o trabalho conjunto.

Constatamos que, nas discussões existentes nos trabalhos, é evidente que o modelo de Atendimento Educacional Especializado apenas respaldado em salas de recursos multifuncionais é insuficiente, pois como já abrangemos em nossas discussões, na maioria das vezes, o estudante fica sob responsabilidade do professor de Educação Especial e, também, há dificuldades de horários para os professores se reunirem e planejarem suas atividades.

Com base nesses pressupostos, consideramos de suma importância a necessidade de apoio da gestão escolar e organização da escola para práticas colaborativas, além de normativas políticas que regulamentem a colaboração. É necessária a criação de uma cultura colaborativa escolar, mas também de diretrizes governamentais que apoiem essas ações.

Outro ponto a ser destacado é que, nas ações formativas, vimos mais trabalhos de formação continuada, o que nos leva à hipótese de que a temática colaborativa é, possivelmente, pouco discutida na formação inicial de professores. Entendemos que os cursos de graduação nas áreas da Educação sempre oferecem o que as resoluções do Ensino Básico e legislações da Educação Especial preconizam e, no caso, o modelo vigente de AEE se pauta na sala de recursos multifuncionais, não aprofundando o modelo de trabalho colaborativo.

Enfatizamos a tendência de estudos com métodos de pesquisa colaborativa e salientamos que este tipo de pesquisa, que ocorre no contexto real da escola com base nas demandas trazidas pelos participantes, pode ser um significativo modelo de formação continuada para os professores e formação inicial para os estudantes de graduação que podem conhecer e vivenciar a realidade dos contextos escolares.

Observamos que nenhum trabalho sobre Altas Habilidades/Superdotação na perspectiva colaborativa foi encontrado e pressupomos que isso se deve à dificuldade de identificação e a cultura popular de que esse público não necessita de apoio, porém, via legislação, é considerado EPAEEe deve, sim, ter suas necessidades específicas atendidas.

Deixamos como considerações finais essas alegações, para que mais estudos na área colaborativa sejam realizados, que realmente possamos caminhar para uma cultura colaborativa escolar, visando a aprendizagem de todos os estudantes, e ponderamos o quanto é importante compreender o conhecimento científico dessas práticas para pensarmos historicamente, politicamente e socialmente como as ações se configuram no cenário nacional.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA. J. N. **A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva:** desvelando os fios da trama. 2014. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe,São Cristóvão, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/4659. Acesso em: 9 maio 2023.

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Superdotados:** determinantes, educação e ajustamento. 2. ed. São Paulo: EPU, 2001.

ALMEIDA, M. L. A prática pedagógica na educação especial: a contribuição da pesquisa-ação. **Revista Faculdade Cenecista de Vila Velha (FACEVV),** Vila Velha, n. 6, p. 105-122, 2011.

ALVES, M.; GUARESCHI, T.; SILUK, A. C. P. Compreendendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). *In*: SILUK, A. C. P. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011, p. 31-60.

ARARUNA, M. R. **Articulação entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor do ensino comum:** um estudo das perspectivas do trabalho colaborativo em duas escolas municipais de Fortaleza - UFC. 2018. 198f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39664. Acesso em: 2 maio 2023.

AZEVEDO, T. H. S. **Entre o específico e o indissociável**: formação docente e ensino colaborativo para a inclusão escolar. 2020. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14784. Acesso em: 2 maio 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo, 2016.

BRASIL. Constituição. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação**. Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para oCurso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL.Presidência da República. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.**Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Casa Civil, 2015. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRAUN. P. **Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.** 2012. 365f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10337. Acesso em: 9 maio 2023.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUC. 1993.

BUENO, M. B. **Educação de jovens e adultos:** formação continuada colaborativa entre professores da sala comum e da educação especial. 2019. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em:https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11076. Acesso em: 9 maio 2023.

CAMPOS, D. M. F. **Formação continuada na perspectiva da consultoria colaborativa:** contribuições no contexto da inclusão escolar. 2018. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8462. Acesso em: 2 maio 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 302f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2921. Acesso em: 2 maio 2023.

CAPELLINI, V. L. M. S.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

COOK, L.; FRIEND, M. Co-teaching: Guidelines for creating effective practices. **Focus on exceptional children**, v. 28, n. 3, p. 1-16, nov., 1995. Disponível em: https://journals.ku.edu/focusXchild/article/view/6852/6204. Acesso em: 14 maio 2023.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In*: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014, p. 55-70.

DOUNIS, A. B. **Rede de apoio à inclusão escolar de uma estudante com paralisia cerebral:** mediações de um processo colaborativo. 2019. 321f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6887. Acesso em: 2 maio 2023.

FERREIRA, R. A. **Trabalho colaborativo na educação física escolar:** estratégias para a formação de professores e inclusão. 2016. 169f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/148798. Acesso em: 2 maio 2023.

FONSECA, K. A. **Análise de adequações curriculares no ensino fundamental:** subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/97506. Acesso em: 9 maio 2023.

FRANÇA. F. A. **A formação docente em química para a inclusão escolar:** a experimentação com alunos com deficiência visual. 2018. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em:http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8884. Acesso em: 9 maio 2023.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 483-502, 2005.DOI https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011.

FREITAS, A. O. **Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás**. 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3105. Acesso em: 2 maio 2023.

GODOY, S. A. **Processo de intervenção junto à professora de geografia e professoras especialistas para favorecer a aprendizagem de uma aluna com surdocegueira:** uma pesquisa colaborativa. 2015. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em:http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000204582. Acesso em: 9 maio 2023.

JESUS, D. M.; BORGES, C. S. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: quais os desenhos? *In*: OLIVEIRA, A. A. S.; FONSECA, K. A.; REIS, M. R. (eds.) **Formação de professores e práticas educacionais inclusivas**. Curitiba: CRV, 2018, p. 29-42.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.**Educar em revista**, n. 41, p. 61-79, jul/set., 2011. Disponível em:https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?format=pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

LINDE, K.; WILLICH, S. N. How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine. **Journal of the royal society of medicine,** v. 96, n. 1, p. 17-22, 2003. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12519797/. Acesso em: 13 maio 2023.

LOURENÇO, G. F. **Avaliação de um programa de formação sobre recursos de alta tecnologia assistiva e escolarização.** 2012. 258f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos,

São Carlos, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2892?show=full. Acesso em: 9 maio 2023.

MACHADO, M. L. S. **O Trabalho docente colaborativo na perspectiva da educação inclusiva.** 2019. 168f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) - Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2019. Disponível em: https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/4746. Acesso em: 9 maio 2023.

MARTINELLI, J. A. **Trabalho colaborativo entre uma professora especialista e professores do ensino comum para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2016. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000210452. Acesso em: 2 maio 2023.

MEDEIROS, P. C. V. B. **Atendimento educacional especializado:** uma proposta de ações no Ensino de Ciências para o professor especialista. 2018. 209f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/33277. Acesso em: 14 maio 2023.

MELO, E. S.**Ações colaborativas em contexto escolar:** desafios e possibilidades do ensino de química para alunos com deficiência visual. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3137. Acesso em: 2 maio 2023.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero:** começando pelas creches. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2010.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MENDES, M. T. S. **Ensino colaborativo na educação infantil para favorecer o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual**. 2016. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8021. Acesso em: 9 maio 2023.

MORELLI, C. V. M; SPOSITO, A. C. O impacto do coronavírus na ciência e na pós- graduação. **Boletim da Faculdades de Ciências Médicas (FCM)**, v. 12, n. 5, 2020. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/boletimfcm/mais-pesquisa/o-impacto-do-coronavirus-na-ciencia-e-na-pos-graduacao. Acesso em: 13 maio 2023.

MUNIZ, J. D. **Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa.** 2019. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11916. Acesso em: 9 maio 2023.

NOGUEIRA, S. A. **Práticas pedagógicas de professoras de alunos com deficiência intelectual e/ou múltipla:** trocas experienciais e vivências no Núcleo de Estudos e Formação Docente da APAE de Feira de Santana, Bahia. 2015. 198f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18194. Acesso em: 9 maio 2023.

NUNES. J. **Formação de professores de educação física para a educação inclusiva:** práticas corporais para crianças autistas. 2019. 221f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em:http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1134. Acesso em: 9 maio 2023.

OLIVEIRA, A. A. S. A política de formação de professores para educação especial: a ausência de diretrizes ou uma política anunciada? *In*: PINHO, S. Z. (ed.) **Formação de professores**: o papel do educador e sua formação, São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 257-271.

OLIVEIRA. A. C. S.**Formação continuada na perspectiva colaborativa:** subsídios para inclusão nas aulas de educação física. 2017. 202f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9847. Acesso em: 9 maio 2023.

OLIVEIRA, A. D.**Condições de formação continuada do Programa Educação Inclusiva:** direito à diversidade. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2012.

OLIVEIRA. L. B. **Consultoria colaborativa e práticas pedagógicas para o aluno com baixa visão no ensino fundamental I.** 2016. 169f.Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/7184. Acesso em: 9 maio 2023.

OLIVEIRA, M. C. **Colaboração e inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: elementos em diálogo para/com/sobre a produção curricular. 2018. 130f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10275/1/Tese_Mercia%20Cabral%20de%20Oliveira.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

OLIVEIRA, P. S.; MENDES, E. G. Análise do projeto pedagógico e da grade curricular dos cursos de licenciatura em educação especial. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 263-279, 2016. Disponível em:https://www.scielo.br/j/ep/a/P8RsGZknqJ85THBw3PjjCcF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 maio 2023. https://doi.org/10.1590/s1517-9702201605145723.

OLMEDO, P. B. **Sem comunicação, há inclusão:**formação de educadores em comunicação alternativa para crianças com autismo. 2015. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10680. Acesso em: 9 maio 2023.

PAULINO, V. C. **Efeitos do coensino na mediação pedagógica para estudantes com cegueira congênita**. 2017. 206f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10714. Acesso em: 9 maio 2023.

PEREIRA, V. A. **Consultoria Colaborativa na escola: contribuições da Psicologia para inclusão escolar do aluno surdo**. 2009. 165f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2859. Acesso em: 2 maio 2023.

PIMENTA, S. G. Pesquisa-ação crítico colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências de formação e na atuação docente. *In*: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. (org). **Pesquisa em educação**: alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo, Loyola, 2006, p. 25-64.https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300013.

PRAIS. J. L. S. **Formação de professores para o desenvolvimento de práxis inclusivas baseadas no desenho universal para a aprendizagem**: uma pesquisa colaborativa. 2020. 303f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020. Disponível em:http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000232800. Acesso em: 9 maio 2023.

PRISMA. PrismaTransparent Reporting of Systematic Reviews and Meta-Analyses. 2023. Disponível em:http://www.http://prisma-statement.org/. Acesso em: 14 maio 2023.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3103. Acesso em: 2 maio 2023.

RABELO, L. C. C. **Casos de ensino na formação continuada à distância de professores do atendimento educacional especializado**. 2016. 305f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8904. Acesso em: 7 maio 2023.

ROSALEN, P. Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). *In*: SEMINÁRIO FALA OUTRA ESCOLA, 8, 2017, Campinas.**Anais [...].** Campinas: Galoá, 2017. Disponível em:https://proceedings.science/fala-outra-escola-2017/trabalhos/formacao-de-professores-para-o-atendimento-educacional-especializado-aee?lang=pt-br#. Acesso em: 23 mar. 2023.

SALES, S. S. **Avaliação em educação especial:** uma proposta de construção coletiva. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/8631. Acesso em: 9 maio 2023.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 maio 2023.

SANTOS, C. V. C. G. **Flexibilizações curriculares e o aluno com deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental:** um caso de consultoria colaborativa no município de Itatiaia/RJ. 2017. 172f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/7191. Acesso em: 9 maio 2023.

SILVA. F. L. B. **Planejamento colaborativo no ensino de matemática a partir do desenho universal para a aprendizagem.** 2021. 156f. Dissertação(Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21286. Acesso em: 9 maio 2023.

SILVA. K. C. D. **Atendimento Educacional Especializado:** uma proposta pedagógica de apoio a professores de ciências da natureza. 2018. 182f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:http://repositorio.unb.br/handle/10482/34252. Acesso em: 9 maio 2023.

SILVA, M. C. L. **Culturas colaborativas e inclusão escolar**: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola. 2020. 282f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13428. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, M. C. **Programa de colaboração docente na educação infantil:** a sala de recursos como mediador de desenvolvimento profissional para inclusão. 2019. 273f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10297. Acesso em: 2 maio 2023.

SILVEIRA. S. M. P. **A gestão para a inclusão:** uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar. 2009. 280f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em:http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6642. Acesso em: 9 maio 2023.

SOARES, F. M. G. C. **Efeitos de um programa colaborativo nas práticas pedagógicas de professoras de alunos com autismo**. 2016. 220f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10435. Acesso em: 2 maio 2023.

SOUZA, M. G. **Autismo e inclusão na educação infantil:** efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28254. Acesso em: 2 maio 2023.

STOPA, P. C. **Formação e atuação em coensino dos egressos de licenciatura em educação especial**. 2021. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14649/FORMAC%cc%a7A%cc%83O%20E%20ATUAC%cc%a7A%cc%83O%20EM%20COENSINO%20DOS%20EGRESSOS%20DE%20LICENCIATURA%20EM%20EDUCAC%cc%a7A%cc%83O%20ESPECIAL_Paula%20Stopa.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 13 maio 2023.

TINTI, M. C. **Desenvolvimento profissional docente em uma perspectiva colaborativa:** a inclusão escolar, as tecnologias e a prática pedagógica. 2016. 216f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/150636. Acesso em: 9 maio 2023.

TOLEDO, E. H. **Formação de professores em serviço por meio de pesquisa colaborativa visando à inclusão de alunos com deficiência intelectual**. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000164399. Acesso em: 2 maio 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.**Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, Jomtien, 1990. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990. Acesso em: 13 maio 2023.

VALADÃO. G. T. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado:** avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2013. 248f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em:https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2933. Acesso em: 9 maio 2023.

VILARONGA, C. A. R. **Colaboração da educação especial em sala de aula:** formação nas práticas pedagógicas do coensino. 2014. 216f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2934. Acesso em: 2 maio 2023.

WISCH, T. F. **Aprendizagem docente: o conhecimento compartilhado sobre inclusão e a formação continuada no Ensino Fundamental.** 2013. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7097. Acesso em: 7 maio 2023.

ZANATA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. 2004. 201f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2922. Acesso em: 2 maio 2023.

ZERBATO, A. P. **Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar:** potencialidades e limites de uma formação. 2018. 298f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2922 Acesso em: 2 maio 2023.

Submetido: 26/03/2023
Correções: 16/04/2023
Aceite Final: 16/05/2023